

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

ELIANE LIMA DA SILVA

**MATERIAL APOSTILADO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO:
CONQUISTAS E DESAFIOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA
2015

ELIANE LIMA DA SILVA

**MATERIAL APOSTILADO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SÃO PAULO:
CONQUISTAS E DESAFIOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra. Joscely Maria Bassetto Galera

CURITIBA
2015



TERMO DE APROVAÇÃO

ALUNA: Elaine Lima da Silva

Polo: Diadema

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

Material apostilado da Rede Estadual de Ensino de São Paulo: conquistas e desafios no ensino da língua portuguesa.

Esta monografia foi apresentada às 11h30 do dia 12/12/2015 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no curso de Especialização em **Ensino de Língua Portuguesa e Literatura** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

1		Aprovado
2	X	Aprovado condicionado às correções Pós-banca, postagem da tarefa e liberação do Orientador
3		Reprovado

Profª Joscely Maria Bassetto Galera
UTFPR – Câmpus Curitiba
(Orientadora)

Profª Paula Ávila Nunes
UTFPR – Câmpus Curitiba

Prof. Márcio Matiassi Cantarin
UTFPR – Câmpus Curitiba

OBS: O DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRA-SE ARQUIVADO NA SECRETARIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA

RESUMO

SILVA, Eliane Lima da. **Material apostilado da rede estadual de ensino de São Paulo: conquistas e desafios no ensino de Língua Portuguesa**. Curitiba, 2015. 24 fls. Monografia. (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba, 2015.

Este estudo orienta-se na área de conhecimento em Letras, tendo como linha de pesquisa *estudos de texto e discurso*, como ponto de partida realiza a análise do currículo e do material apostilado que orientam a prática pedagógica nas escolas estaduais de São Paulo, seguindo com as constatações dos docentes da rede, com o objetivo de responder à questão: Como o material apostilado utilizado pelas escolas estaduais de São Paulo aborda as questões mais ligadas à gramática da norma culta em Língua Portuguesa? Direcionamos a pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa em que se intenta analisar a questão proposta, refletindo sobre a relação entre língua e discurso, as tendências educacionais que pregam a contextualização dos conteúdos escolares, assim como sua articulação em competências e habilidades em contraponto com o ensino normativo da gramática. Depreendemos a importância da presença do texto nas propostas pedagógicas, como unidade de sentido que dá significação aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Olhando para as situações de aprendizagem do material que nos interessa vemos uma tentativa nessa direção, contudo, a presença da tradição gramatical é ainda a abordagem escolhida das atividades relacionadas ao estudo da língua materna. Compreendemos, portanto, que tanto a língua como seu ensino devem ser concebidos a partir do contexto no qual estão inseridos, se configuram pelo encontro do objeto intelectual com a prática, devem atuar de acordo com a cultura e o meio no qual a relação ou o texto foi produzido.

Palavras chave: gramática da norma culta da Língua Portuguesa – texto como unidade de sentido – currículo – prática docente – material apostilado.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	6
3 ANÁLISE	10
3.1 O MATERIAL APOSTILADO QUE ORIENTA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS EM SÃO PAULO	10
3.2 O CURRÍCULO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO	13
3.3 O CADERNO DO ALUNO E OS DESAFIOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	14
4 QUESTIONÁRIOS	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	23

1. INTRODUÇÃO

Tendo como referência o discurso como ponte entre as questões linguísticas e ideológicas, procuramos identificar como o material apostilado - denominado *Caderno do Aluno*, desenvolvido em 2009 como um complemento ao caderno do Professor, lançado um ano antes, com o objetivo de trazer aos alunos exercícios, mapas, tabelas, indicadores bibliográficos e dicas de estudos, que é fornecido às Escolas Estaduais pela Secretária Estadual de Educação de São Paulo - aborda os conteúdos da gramática da Língua Portuguesa. Devido a questões metodológicas optamos pelo direcionamento de nossa pesquisa à oitava série (nono ano) do Ensino Fundamental.

Procuramos confrontar a proposta curricular, com a abordagem do Caderno do Aluno e com a prática docente, de maneira que o trabalho será apresentado da seguinte forma: apresentaremos a princípio o material apostilado oferecido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, assim como, a do seu currículo escolar. Na sequência apontamos uma verificação acerca da prática docente em relação ao material em questão por meio de um questionário aplicado a docentes da rede. Finalizamos com a reflexão sobre a relação do material apostilado e do currículo em questão com os discursos da gramática e da linguística, personificados no discurso dos professores com os quais pudemos manter contato.

2. REFERÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A construção de sentidos no texto pressupõe uma relação entre o discurso e o outro como fundamento da discursividade, num contexto em que o outro não é um envelope onde se deposita o discurso, é antes um fragmento de sentido fora do próprio discurso, conferindo, assim, o caráter dialógico de todo enunciado discursivo, no que Maingueneau vai chamar de “[...] imbricação do Mesmo e do Outro” (2005, p. 39).

Pensando na relação entre língua e discurso o autor discute que adotamos algumas restrições semânticas em nossos enunciados, que se impõem previamente ao discurso, dessa forma, tem-se no discurso conseqüentemente uma relação de poder, pois sempre houve um embate discursivo, uma vez que o texto é uma expressão de atividade social, assim, envolvendo um interlocutor, logo, sua construção revela a presença do outro e acontece de acordo com a interação dos atores presentes na cena comunicativa.

Imbricar-se em tais discussões requer a reflexão sobre o papel do texto como peça da linguagem, segundo Orlandi (1995), o texto apresenta-se como unidade significativa, contudo, tem uma significação consigo mesmo e com a exterioridade. A autora pensa o texto a partir de uma perspectiva linguístico-histórica ao classificá-lo como objeto histórico em virtude do discurso que vincula. Constata, portanto, uma materialização discursiva articulada à formação ideológica, o que filia o desenvolvimento do texto a processos múltiplos e às situações sociais.

Fiorin (2005) analisa o discurso como materialidade das formações ideológicas, logo, o texto é lugar de manipulação consciente, destaca sua natureza individual de produção, mas ressalta que o discurso, por sua vez, é social, já que se volta às questões existentes no contexto de produção. Dessa forma, reproduz os dizeres de seu grupo social, no que o autor denomina como função citativa, esclarecendo que na produção de texto, a individualidade contempla o plano da expressão, assumida em “formas de dizer” aprendidas de acordo com as tradições culturais. Assim, o discurso encobre-se desta individualidade, ocultando seu caráter social, criando uma falsa ideia de liberdade das coerções sociais.

Entendendo tal perspectiva, voltamo-nos a Maingueneau (2006) para pensar no texto não como uma estrutura arbitrária, “[...] mas como uma atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados” (MAINGUENEAU, 2006, p. 43). O autor destaca ainda que o discurso extrapola a abordagem meramente linguística, como pudemos constatar anteriormente em Orlandi, articula o linguístico e o social. Refletindo, portanto, sobre o estudo

da linguagem, percebe-se a necessidade de conhecê-la não apenas em relação ao seu sistema linguístico, mas orientando-se também a sua formação ideológica.

No contexto para o qual nos voltamos na elaboração deste trabalho e estabelecemos um diálogo permanente para análise, refletimos acerca da Língua Portuguesa como um componente curricular escolar, isto é, uma área do conhecimento orientada a um processo de escolarização, que institui um conhecimento referendado socialmente e que orienta a educação e formação de sujeitos. Interessa-nos especificamente entender como o material, que orienta a prática pedagógica e garante o cumprimento do currículo escolar do Estado de São Paulo, trata a gramática da norma culta, seguindo o preceito dos eixos que direcionaram a elaboração do currículo, em contraponto com o discurso que defende o ensino aprendizagem da Língua Portuguesa a partir de textos que se constituem como unidade de sentido.

Os saberes com os quais a escola trabalha são escolarizados, ou seja, se configuram em um conhecimento para educar e formar sujeitos, assim, os saberes escolares se personificam nos currículos, disciplinas, planos e programas, o que termina, de certa forma, burocratizando tais saberes.

O referencial teórico que norteia a nossa pesquisa, assim como, o olhar sobre o material apostilado da rede estadual de ensino a que nos propomos analisar, nos remete à questão da presença das contribuições da linguística para os saberes vinculados pela escola.

Segundo Silva (2004) há um distanciamento entre linguistas e pedagogos, além das tímidas investidas do poder público em suas instituições de ensino no que tange as descobertas científicas no atendimento das camadas populares. Ainda para a autora, pensar nos problemas linguísticos da escola é antes se voltar ao contexto da diversidade nas instituições de ensino brasileiras, os filhos das camadas mais abastadas da sociedade, por exemplo, tem um capital cultural mais próximo do padrão ensinado na escola, inclusive linguisticamente, de modo que se alfabetizam mais facilmente; se pensarmos nos contextos do urbano e do rural as diferenças vão muito além. Sobre o cenário da escola, Silva destaca que,

A diversidade de contextos onde se situa o aluno brasileiro nos conduz a uma questão muito discutida entre nós, mas que não tem conseguido unanimidade nem ultrapassado o âmbito das nossas reuniões acadêmicas. Refiro-me à questão da norma escolar, aqui definida como o modelo idealizado de correção, cujo prestígio não tem sido suficientemente abalado pelo trabalho da sociolinguística, e que penaliza a todos que se expõem um pouquinho ao julgamento implacável de um ouvinte mais atento. (2004, p. 256).

Quanto às questões que envolvem o ensino em Língua Portuguesa, tema que nos interessa, temos para Silva (2004) uma estrutura que referenda o trabalho na escola focado na gramática normativa em detrimento do padrão da fala, que é visto como menor, principalmente quando apresenta desvio do padrão culto. Consequentemente, ignorando outros usos sociais da língua. Nesse contexto, pode-se pensar que é necessário incluir as variantes na norma nos compêndios gramaticais, contudo, a autora afirma que o perigo não está na gramática, mas no seu uso pautado como verdadeiro, único, dominante. Há uma perversidade maior ainda em tais relações, à medida que promovem um discurso que discrimina grupos sociais.

Tanto em relação à língua quanto ao modelo sociocultural, há uma distinção entre padrão ideal e o padrão real: o primeiro compreende o que se espera, isto é, a expectativa sobre a realização de algo; o segundo mostra o comportamento nas situações de acordo como realmente ocorrem. “Frequentemente o padrão ideal é uma regra de comportamento para a qual tendem os membros da sociedade, mas que nem todos cumprem, ou não cumprem integralmente” (RODRIGUES, 2004, p. 13).

Historicamente temos nas escolas brasileiras o ensino de Língua Portuguesa ancorado no viés de uma escrita pautada na gramática normativa. No âmbito da fala, tem-se referendado modelos regionais – vemos em ambos a valorização de referenciais mais ligados aos padrões de uma cultura urbana de uma elite social e econômica.

Rodrigues (2004) discute que mesmo os professores defensores da gramática normativa em suas situações de fala, ainda que dentro do grupo profissional, não se encaixam naturalmente com o padrão ideal.

Antunes (2004) traz à luz dois pontos muito presentes na discussão sobre o ensino de Língua Portuguesa: a ineficiência dos alunos na produção de textos considerados linguisticamente relevantes e adequados e, o crescente incentivo a atividades não preconceituosas em relação ao uso da língua. Assim, exemplifica como esses dois lados nos ajudam a compreender “a ineficiência da escola no ensino da produção de texto e o reconhecimento das limitações da gramática e de seu ensino” (p.127).

Para a autora a grande questão que se apresenta nesse embate é que tanto para falar ou escrever o sujeito ativa representações já sedimentadas e relevantes. Logo, nos parece que a gramática não é suficiente e não garante pelo seu ensino os usos, ditos como adequados. Uma possibilidade apontada, nesse contexto, é a concepção da língua como um sistema que se

realiza através dos textos, então, um caminho para o ensino seria refletir sobre a contribuição do texto como objeto de ensino,

Os desmandos, os preconceitos e os efeitos perniciosos de tudo isso só se resolvem quando se puser o texto no centro de todas as focalizações, quando se puser a norma gramatical nos seus limites e se puder perceber os outros constituintes do funcionamento das línguas, funcionamento que não se dá abstraído dos contextos sociais e das funções interativas. (ANTUNES, 2004, p. 133).

Num sentido mais amplo o papel da escola ao introduzir o estudo de uma língua, materna ou estrangeira, está para além de apresentar uma série de conceitos e códigos, quer na verdade dar condições para a expressão própria e compreensão do conhecimento acumulado pelo homem.

3. ANÁLISE

3.1 O MATERIAL APOSTILADO QUE ORIENTA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO

Com o intuito de melhorar o desempenho dos seus alunos principalmente no que tange os índices das avaliações externas, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em 2008 deu início à produção bimestral de cadernos intitulados “Caderno do Professor”, no ano seguinte lançou no mesmo molde o chamado “Caderno do Aluno”, que objetiva oferecer aos estudantes um material didático correspondente a cada disciplina do currículo, contendo textos, exercícios, mapas, tabelas, indicações bibliográficas, orientação de pesquisas e dicas de estudos. Ambos os cadernos estão orientados pelo Currículo do Estado de São Paulo.



Figura 1. Capa apresentada no Caderno do Aluno

Atualmente, o Caderno do Aluno é organizado em 2 volumes, um para cada semestre, sendo composto por divisões chamadas “Situação de Aprendizagem” que não trazem exposição de conteúdos, uma vez que essa funcionalidade cabe ao livro didático, a proposta é oferecer um conjunto de atividades, que no geral se apresentam da seguinte forma: ao início de cada Situação de Aprendizagem o aluno toma contato com um ou mais textos, nesse momento é possível que se ofereça uma situação de oralidade, que se configura em uma sugestão de discussão, debate, conversa ou ainda apresentação de experiências. Seguem-se questões a serem respondidas, na maioria dos casos por meio da escrita. Esta primeira atividade é chamada “Leitura e Análise de Texto”.

Outro ponto importante é o intitulado “Produção Escrita” que convida o educando a produção de um texto ligado aos temas trabalhados na atividade anterior, é de costume nesse

tipo de atividade que o aluno vá produzindo pequenos textos, atendendo às solicitações, como etapas de uma atividade, não se solicita nesta fase uma produção direta de texto.

As seções “Estudo de Língua” e “Lição de Casa” costumam trazer atividades com aspectos da gramática normativa. Contudo, muitas vezes não se oferece ao educando uma atividade propriamente e, sim uma indicação de tarefa que deverá ser fornecida pelo professor, como no caderno do primeiro volume da 8ª série/9º ano, “O professor selecionará, no livro didático, alguns exercícios sobre *preposição* e *conjunção* a fim de que você possa resolvê-los no caderno.” (2015, p.13). Essas seções podem também conter pequenos textos em que se sugere a análise gramatical pertinente a algum conteúdo, como em:

Estudo da língua

1. Pesquise, em uma gramática normativa da língua portuguesa ou em outra fonte indicada pelo professor, o conceito de preposição e de conjunção. No caderno, anote o título da obra e nome do autor e as definições encontradas.
2. O professor dará explicações sobre o conceito de preposição e de conjunção. Anote o que compreendeu no caderno.
3. Complete as lacunas do texto a seguir.

10

Língua Portuguesa – 8ª série/9º ano – Volume 2

“Existem duas formas _____ estudar as propriedades do Universo: recolhendo informação diretamente, _____ observação dos objetos _____ podemos detectar – estrelas, galáxias, buracos negros, planetas, aglomerados de galáxias etc. – _____ simulando suas propriedades _____ laboratório. Não podemos criar universos no laboratório _____ podemos recriar partes de sua história.”

GLEISER, Marcelo. *Recriando o universo no laboratório*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcelogleiser/1193912-recriando-o-universo-no-laboratorio.shtml>>. Acesso em: 3 dez. 2013.

4. Que papel essas palavras estabelecem no texto? Responda no caderno.
-
-

Figura 2. Seção Estudo de Língua do Caderno do Aluno do 2º Volume, 2015, p.10-

11.

Em algumas atividades há indicação de que o professor oferecerá os textos para análise das questões gramaticais.

O Caderno sugere também atividades que visam a pesquisa de determinados temas em outras fontes, como a internet, os jornais, as revistas entre outras, a sugestão de pesquisa pode aparecer com indicação a uma realização em grupo ou individual, como nos exemplos que seguem:



PESQUISA EM GRUPO

O trecho a seguir foi retirado do texto *Direito à segurança e direito à cidade*, de Lúcia Siqueira. Em grupos, vocês devem fazer uma pesquisa na internet para recuperar o texto na íntegra. Façam sua leitura, observando como a autora estabelece a relação entre a questão da violência e a arquitetura da cidade.

E a cidade, como é que fica?

Presídio Professor Aníbal Bruno, Curado. Doze câmaras de vigilância eletrônica, muro de seis metros de altura, cerca elétrica, nenhum sistema detector de violação. Função: retirar do convívio social pessoas que, teoricamente, representam ameaça à coletividade.

Edifício Hockenheim, Jaqueira. Dezesseis câmaras de vigilância eletrônica, muro de oito metros de altura, sistema infravermelho com sete pontos de detecção, acionamento remoto de patrulha de segurança. Função: proteger seus moradores de pessoas como as que se encontram no Aníbal Bruno.

Diário de Pernambuco, outubro de 2001. Apud: SIQUEIRA, Lúcia. *Direito à segurança e direito à cidade*. Disponível em: <http://www.fase.org.br/noar/anexos/acervo/10_Lucia_Siqueira_33.doc>. Acesso em: 23 set. 2010.

Figura 3. Seção Pesquisa em Grupo do Caderno do Aluno, 1º volume, 2015, p. 17.



PESQUISA INDIVIDUAL

Faça uma pesquisa sobre Herbert de Souza e a campanha que ele desenvolveu, na década de 1990, para combater a fome: *Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida*. Essa pesquisa pode servir de base para que você, posteriormente, escreva um artigo de opinião sobre a fome, a ser publicado, por exemplo, em um *blog*.

Figura 4. Seção Pesquisa Individual do Caderno do Aluno, 1º Volume, 2015, p. 63.

Há ainda um campo para que o aluno relate o que aprendeu, este é um espaço destinado ao final do caderno com linhas para que o estudante escreva suas experiências de aprendizagem.

Segundo a proposta, as atividades oferecidas priorizam situações em que se usam textos de gêneros e linguagens diversos, procurando estabelecer o ensino de Língua Portuguesa por meio destes, possibilitando um contato do aluno com um mundo que se expressa através de linguagens, com intuito de promover um processo de ensino diferente da tradição da Gramática, Retórica e Poética datada da época do Império e praticada até meados do século XX.

3.2 O CURRÍCULO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Os baixos índices de desempenho dos alunos da rede estadual de ensino de São Paulo revelados em 2007 através dos resultados do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) culminaram em um plano com 10 metas a serem realizadas até 2010 e foi mote para a implementação dos Cadernos do Aluno e do Professor como material didático de apoio. Segue descrição das metas:

- 1 - Todos alunos de 8 anos plenamente alfabetizados
- 2 - Redução de 50 % das taxas de reprovação da 8ª série
- 3 - Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio
- 4 - Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos ciclos (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio)
- 5 - Aumento de 10% nos índices de desempenho dos ensinos fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais
- 6 - Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com oferta diversificada de currículo profissionalizante
- 7 - Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos, em colaboração com os municípios, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries)
- 8 - Utilização da estrutura de tecnologia da informação e Rede do Saber para programas de formação continuada de professores integrado em todas as 5.300; escolas com foco nos resultados das avaliações; estrutura de apoio à formação e ao trabalho de coordenadores pedagógicos e supervisores para reforçar o monitoramento das escolas e apoiar o trabalho do professor em sala de aula, em todas as DEs; programa de capacitação dos dirigentes de ensino e diretores de escolas com foco na eficiência da gestão administrativa e pedagógica do sistema.
- 9 - Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados
- 10 - Programa de obras e infraestrutura física das escolas. (São Paulo, 2008).

O estabelecimento de tais metas proporcionou também discussões acerca da necessidade de constituir um currículo oficial, em 2008, o Estado implementou sua proposta curricular para a educação, sob os seguintes princípios: cultura, competências, prioridade à

competência leitora e escritora, articulação das competências para aprender, contextualização com o mundo do trabalho e respeito ao saber já construído.

Outros documentos seguiram com o objetivo de complementar a proposta curricular, dentre eles o Caderno do Gestor para auxiliar a equipe gestora, apresentando sugestões de organização do trabalho dos especialistas responsáveis pela gestão do currículo na escola; Cadernos do Professor propondo atividades aos docentes de todas as séries, divididos bimestralmente e por fim o Caderno do Aluno com orientações de estudos e atividades.

Com essa proposta de currículo, a Secretaria de Educação do Estado pretende oferecer uma educação à altura dos desafios contemporâneos, segundo o documento, o intuito é oferecer uma educação de qualidade em consonância com uma sociedade caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, que se caracteriza nas relações sociais diversas, além de garantir aos educandos a oportunidade de exercer a cidadania.

Os princípios sofrem alteração frente ao que se propôs inicialmente, passam a ser entendidos como eixos: I. Uma escola que também aprende; II. O currículo como espaço de cultura; III. As competências como referência; IV. Prioridade para a competência da leitura e da escrita; V. Articulação das competências para aprender; VI. Articulação com o mundo do trabalho.

As disciplinas curriculares são apresentadas no currículo numa divisão por áreas: Ciências da Natureza e suas Tecnologias, que compreende as disciplinas de Ciências, Biologia, Física e Química; Matemática; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, compreendendo um conjunto de disciplinas Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (LEM), Arte e Educação Física e por fim Ciências Humanas e suas Tecnologias, que compreende os conhecimentos produzidos nos campos da História, Geografia, Filosofia e Sociologia.

A proposta curricular na sequência vai apontando por disciplina as concepções de trabalho no processo de ensino aprendizagem além da apresentação dos conteúdos a serem trabalhados por série/ano e bimestre.

3.3 O CADERNO DO ALUNO E OS DESAFIOS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Voltamo-nos então ao Caderno do Aluno, material apostilado fornecido aos alunos das escolas estaduais de São Paulo como guia de estudos. Nosso objetivo é entender sua contribuição na formação que intenta trabalhar com a língua na perspectiva que acabamos de

apresentar. Como já foi discutido nessa pesquisa, não pretendemos desprestigiar a norma gramatical ou excluí-la do ensino, somos, em verdade, contra sua abordagem como único referencial, num processo de estigmatização e desprezo das variantes linguísticas.

Pudemos verificar nas constatações de Antunes (2004) a importância da presença do texto nas propostas pedagógicas, como unidade de sentido que dá significação aos conteúdos trabalhados em sala de aula. Olhando para as situações de aprendizagem do material que nos interessa vemos uma tentativa nessa direção.

Como apresentado em capítulos anteriores encabeçando as situações de aprendizagem os cadernos costumam apresentar diversos gêneros textuais, que se apresentam geralmente como recorte de livros, letras de músicas ou de artigos de jornais, revistas e internet. O material trabalha também com a proposta que chama de “Oralidade”, isto é, propõe ao grupo uma discussão sobre um determinado tema, para tanto sugere rodas de conversa, debates, exposições orais de pesquisas dentre outros.

Contudo, quando nos direcionamos aos aspectos mais ligados aos conceitos das regras gramaticais, no geral, os realizadores parecem se isentar da responsabilidade de oferecer exercícios ou textos para se estudar tais conteúdos. Concluimos isso, pois nas demais seções do caderno, temos não apenas uma indicação que o professor deva trabalhar com textos, temos os textos que devem ser trabalhados e as questões a serem discutidas.

No que tange os conteúdos gramaticais isso nem sempre acontece, como pudemos constatar em muitas situações a apostila menciona que o docente vai apresentar os conceitos sobre tal assunto ou exercícios retirados do livro didático. Logo, trabalhar a norma a partir de uma orientação mais contextualizada, sem recorrer àquele aglomerado de frases, ao estudo de definições de conceitos e à tradicional análise sintática não é tão fácil quanto pode parecer.

Nesse cenário, depreendemos que às novas orientações para o ensino de Língua Portuguesa, concebidas também como influências da linguística não parecem tão claras à equipe responsável pela elaboração do material norteador do ensino na rede estadual, quem dirá aos professores que representam um grupo muito maior e conseqüentemente com uma formação mais heterogênea.

4. QUESTIONÁRIOS

Com o intuito de verificar como o Caderno do Aluno aborda as questões gramaticais da língua, assim como sua aplicabilidade no contexto da sala de aula, aplicamos um questionário a docentes de Língua Portuguesa da Rede Estadual de Ensino, composto de cinco questões abertas, que pretendem conhecer não apenas a relação do docente com o material em questão, como também suas concepções quanto ao ensino de língua materna, que importância confere aos usos da língua e sua organização na sistematização de sua prática. Seguem as questões propostas: O que é ensinar Língua Portuguesa? Que objetivos pretendemos alcançar com nossa prática em sala de aula? - Com que frequência você propõe atividades que priorizam situações de fala? - Como você classifica o conceito de “erro de português”? E como trabalha com essa questão em sala de aula? - Em relação ao “Caderno do Aluno”, faça uma breve análise sobre a abordagem que o material oferece para trabalhar as questões gramaticais da língua? - Como você avalia o “Caderno do Aluno”? Qual a importância dele para a sua prática?

Não foi solicitado identificação do docente ou da escola, entendemos que desta maneira, os professores poderiam expressar suas reais concepções e impressões. Fizemos contato com dez docentes que lecionam para a oitava série/nono ano uma vez que nos propusemos a analisar o material desta etapa do ensino fundamental. O contato com os docentes se deu através da internet: por e-mail e redes sociais. Optamos por não visitar as escolas em virtude da greve dos professores realizada este ano, ainda que uma parte da categoria não tenha aderido ao movimento grevista, procuramos evitar qualquer desconforto com nossa presença nas escolas durante esse período.

Os dez docentes que receberam nosso questionário lecionam em regiões periféricas dos municípios de São Paulo (zona sul e leste), Santo André, Taboão da Serra e São Bernardo do Campo. Apenas em Diadema, contatamos uma docente atuando na região central da cidade. Recebemos o retorno de três docentes. Logo, os questionários analisados pertencem a duas escolas no ABCD Paulista e uma escola na zona sul da capital.

As primeiras questões procuraram compreender as concepções dos docentes acerca do ensino da língua materna e sua sistematização. As respostas dadas apontam para o fato da gramática normativa não mais figurar como única possibilidade de explicação para os fenômenos linguísticos, enfatizando a existência de uma norma culta real e uma ideal, compreendendo o ensino formal como possibilidade de conhecer as variantes da língua, assim como suas significações, fundamentando a criticidade que recusa argumentos de desprezo a

outros saberes linguísticos que não o normativo, num contexto em que o estudante coloca-se como falante competente da língua materna – como se confirma na fala dos professores: “Ensinar Língua Portuguesa é habilitar o estudante ao manuseio de sua língua materna. É apresentar as diversas funções da linguagem e seus níveis, para que possam usá-la adequadamente”; “Trabalhar com língua materna vai além de apresentar classificações, pretende tornar o aprendiz um poliglota dentro de sua própria língua”; “Na escola, como objetivos, vamos aprender, pelo menos deveríamos, conhecer um pouco mais sobre a modalidade escrita do português [...]”. Dado tal cenário, a prática docente inevitavelmente está ligada visceralmente ao texto escrito, filiada tradicionalmente ao trabalho com a escrita, contudo, verifica-se que os docentes apresentam uma visão do texto como unidade de sentido comunicativamente funcional, apresentando a presença de gêneros de texto no trabalho pedagógico, pois estes se configuram como modelos convencionais de situações comunicativas, refletindo e regulando os usos sociais da linguagem, o que possibilita ao aprendiz avançar nos domínios discursivos, à medida que promove a efetiva participação do sujeito nas situações de comunicação.

Quanto à presença de situações de aprendizagem que priorizem a oralidade, verificamos um aceno dos docentes nesse sentido no reconhecimento da importância dessas atividades de forma mais sistematizada, apesar de demonstrar que sua efetivação é ainda distante da prática regular. Nesse caminho, elencamos as falas dos professores com a necessidade de ampliação do espaço escolar para tais atividades, para que assim, possam proporcionar aos educandos oportunidades diversas de intervenções em situações de comunicação oral pública, evidenciando que o trabalho com a análise de textos se dá não apenas no âmbito teórico, como também comunicativo,

Em geral a quantidade de alunos por sala, a falta de diferentes espaços diversificados no interior da escola, assim como, a ausência de uma articulação entre a escola e movimentos sociais ou espaços públicos que dão voz aos adolescentes dificultam o trabalho com a oralidade, ou escolarizam de tal forma essa prática, tornando-a artificial, o que termina por não convencer docentes e discentes da necessidade de sua participação em tais situações.

A terceira questão apresentada aos docentes procurou também constatar suas concepções e práticas no que tange as discussões mais contemporâneas que compreendem a língua como fenômeno social e portanto influenciada pelas situações de uso em que se

apresentam. Nessa direção, coloca-se em xeque a noção de erro no uso de falantes nativos, os docentes compreendem que tal conceito na verdade tem promovido uma confusão entre “erro de português” e “erros” de ortografia, logo as práticas em destaque não evidenciam um ensino calcado no erro, mas na condição de falante plenamente competente em sua língua, “Não há erro de português no uso de falantes nativos, mas sim questão de adequação de acordo com a situação [...] infelizmente a tradição do ensino e do senso comum têm colocado estas questões no mesmo balaio das questões ortográficas”. Verificamos nas falas dos docentes a tentativa de não disseminar o que seria, na verdade, uma paranoia ortográfica, desmistificando a ideia de que saber ortografia é igual a conhecer a gramática da língua, subvertendo preconceitos linguísticos e pensando na língua como um leque de possibilidades em que se pode variar o uso, encontrando o ponto de equilíbrio entre a adequabilidade e a aceitabilidade, isto é, adequando-se ao tipo de situação: formal ou informal; que se liga ao grau de aceitabilidade por parte daqueles a quem se refere. Percebemos estes docentes mais próximos de uma postura investigativa do conhecimento linguístico, realizando a crítica de sua atuação em sala de aula, assumindo uma postura reflexiva diante da língua, como corrobora a fala que segue,

Entendo que não exista em absoluto “erro de português” por falantes nativos do português seja qual for a sua variedade. Há, quando muito, normas concorrentes associadas à classe social de seus produtores. Assim, pessoas que sofrem estigma (basicamente os que possuem pouca escolaridade, são mais pobres, egressos ou habitantes de regiões de menor prestígio social, grupos minoritários e marginalizados, trabalhadores manuais, negros ou mestiços etc.), também sofrerá sua produção linguística. Juntados o preconceito à ignorância dos fatos linguísticos (não há erros, e, quando muito, normas concorrentes sendo que uma delas, embora possa ser a dominante e falada por um maior grupo da população de falantes, é a mais estigmatizada, portanto tenderá a ser percebida como erro, como não tendo atingindo o ideal linguístico abstrato, identificado com as classes abastadas) produz-se a noção equivocada de “erro de português.

As duas questões que finalizam o questionário versam sobre a relação do docente com o material a que esta pesquisa se propôs a estudar, em que se intenta aferir sua relevância para o ensino de língua materna e igualmente sua abordagem das questões ligadas à gramática. Os docentes classificaram a abordagem do material como superficial, o que se configura pela ausência de uma sequência prática, conforme a seguinte constatação “O Caderno do Aluno faz abordagens muito superficiais que muitas vezes chega a confundir o estudante. Em termos gramaticais as abordagens não apresentam uma sequência pratica que contribua com a internalização da aprendizagem”. Outra questão marcada nas respostas está na dificuldade presente nas condições de formação docente, nas jornadas estafantes a que são obrigados os profissionais do magistério para compor uma renda digna – condições que afastam grande

parte dos docentes do caminho da pesquisa e da formação continuada, essenciais para que os profissionais possam assumir a postura reflexiva sobre a língua e sua atuação em sala de aula, atitudes capazes de proporcionar um ensino aprendizagem verdadeiramente crítico, de modo a conferir ao aprendiz o manuseio de sua língua em suas diversas funções e níveis, “Não há nada de inovador em produzir material pedagógico “de apoio” aos professores pessimamente formados, com jornadas estafantes e condição profissional extremamente precarizada, portanto, sem qualquer tempo útil para estudarem, pesquisarem, prepararem seu material e suas aulas”.

Como destaca uma das respostas, “o material em questão é de pouca relevância pedagógica, tristemente expressa uma tentativa de aproximação precária da rede privada de ensino, por meio da adoção do apostilamento do conhecimento como garantia de excelência”. Este docente nos faz refletir sobre o papel da escola pública, mesmo não a citando diretamente, pois deflagra uma relação aristocrática dos conteúdos escolares, que se configura em termos práticos em ações pedagógicas que se distanciam dos saberes das classes populares, contexto que nos remete a uma situação de conflito entre a lógica da vida dos alunos fracassados e também das famílias populares e a lógica da instituição escolar e dos professores e, que nos propõe uma reflexão acerca da estrutura do ensino, que tem infelizmente seguido uma lógica consagradora de um modo de ser de um grupo socialmente dominante, logo os membros das classes desfavorecidas acabam excluídos do acesso aos bens materiais e culturais legitimados socialmente e, são convencidos que esta situação se deve a um comportamento individual, a sua própria incompetência. Dentro desta dinâmica de culpabilização, o professor tem figurado como principal responsável por esse distanciamento dos educandos das camadas populares da formação que pretende promover sujeitos atuantes socialmente, com habilidades para resolver problemas e superar as situações que lhe são impostas. Verifica-se, portanto, a pouca utilidade do material e um uso pautado na obrigatoriedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos conhecer e analisar atentamente o material apostilado, denominado Caderno do Aluno, considerando a Língua Portuguesa como componente curricular, direcionado aos alunos da rede de ensino do Estado de São Paulo. Este artigo buscou entender como as atividades propostas pelo material trabalham a aprendizagem em Língua Portuguesa a partir de textos que se constituam como unidade de sentido em contraponto com o ensino normativo da gramática, para tanto, partimos numa investida analisando os cadernos, a proposta curricular e sua aplicabilidade no contexto da sala de aula por meio da aplicação de questionário com docentes da rede.

Segundo o que constatamos a apostila é eficiente no sentido de oferecer ao aluno e professor textos impressos, referências, tabelas entre outros recursos que viabilizam a prática docente na perspectiva acima apresentada, porém, no que se refere à abordagem da gramática, o material deixa a desejar pelas razões já apresentadas no momento da análise, em que se destaca a ausência de sistematização e sequenciação dos conteúdos, assim como pela presença dos tradicionais modelos fragmentários de análise de texto.

Extrapolando os limites do ensino pelo viés da norma, voltando-nos a proposta da Secretaria de Educação do Estado, onde se aponta para um currículo que pretende oferecer uma educação à altura dos desafios contemporâneos em consonância com uma sociedade caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, que se caracteriza nas relações sociais diversas, além de garantir aos educandos a oportunidade de exercer a cidadania. Inevitavelmente, questionamos os textos escolhidos para compor as situações de aprendizagem do material em discussão, pois é possível identificar que os textos oferecidos estão efetivamente ligados ao gênero textual que se pretende apresentar, contudo, não há uma preocupação em oferecer textos com elementos discursivos relevantes à formação de um leitor crítico. Conseqüentemente, as questões que seguem ao texto estão longe de explorar a discursividade da linguagem, lugar em que o leitor poderia identificar o contexto de produção do texto, discursos a que o autor pode ser filiado, ideias e concepções apresentadas, tentativa de manipulação de informação, dentre outras características que um texto pode compreender. Tendem a encaixar-se no contexto de interpretação textual em que o foco é entender o que o autor diz.

Esse cenário dá lugar a textos que, em verdade, são modelos para a apresentação das características do gênero textual a que se pretende trabalhar, denunciando uma prática em que o texto está a serviço das atividades de interpretação de texto e, não da sua análise a partir da

sua dimensão discursiva. Nesse processo, percebe-se o texto a serviço do ensino do gênero textual, quando os gêneros estariam a serviço da comunicação em si.

A seção do material que pretende uma análise da linguagem, intitulada “Estudo de Língua”, apesar de não apontar uma posição clara quanto ao ensino da gramática da língua, apresenta um ganho no sentido de no lugar da tradicional correção de texto, a seção sugere que o professor ofereça um texto sobre o qual os educandos possam realizar uma análise linguística, identificando como o texto foi elaborado, possíveis problemas, culminando com a produção escrita pensando em sua reelaboração. Outro ponto positivo do material está na ampliação da utilização de textos não verbais, em abordagens que valorizam situações de fala, inclusive conferindo a esta prática um trabalho sistematizado, no qual considera a necessidade de um planejamento e estruturação de tais atividades, dando-lhe relevância, assim como, já é realizado com as produções escritas.

Há falhas na apresentação dos textos que não foram corrigidas nas edições que se seguiram, como por exemplo, na sugestão de trabalho com letras de música, esta não vem impressa no Caderno do Aluno, sinceramente não entendemos o motivo, uma vez que isso obriga o docente a passar o texto na lousa, pois é difícil recorrer aos sofríveis recursos de impressão de material do qual as escolas em geral disponibilizam. Identificamos ainda que a intertextualidade mesmo se explorada claramente pela proposta de atividade do material, nem sempre traz o texto referencial, tomamos como exemplo o primeiro volume do nono ano, seguindo a leitura de imagem que aborda uma charge de um cartunista contemporâneo, mas esse trabalho tem como referencial a obra de Eugène de Delacroix, intitulada *Liberdade guiando o povo*, contudo, o problema está na ausência da imagem referencial, essencial para a execução da proposta que a segue a charge (CADERNO DO ALUNO, edição 2014-2017, p.17).

Não estamos aqui condenando o material apostilado, ele hoje tem sua relevância no trabalho realizado nas escolas e significa um passo importante na tentativa de oferecer um ensino público de qualidade, várias redes de ensino particulares adotam material didático com sucesso. O perigo está quando se obriga uma padronização que não respeita a realidade dos alunos, professores e porque não da própria comunidade escolar.

O docente precisa escolher usar ou não o material apostilado, deve gozar de liberdade para fazer suas escolhas, para que possa estabelecer uma relação dialógica e não arbitrária com o material; muito tem se falado no ensino significativo ao aluno, mas como é possível ao docente seguir nessa direção quando não se vê efetivamente inscrito nessa relação?

O ensino formal da língua materna não requer exclusivamente uma atuação a partir de práticas mecânicas ou automatizadas, esse tipo de postura leva a uma produção discursiva acrítica. Tanto a língua como seu ensino devem ser compreendidos a partir do contexto na qual estão inseridas, se configuram pelo encontro do objeto intelectual com a prática escolar, devem atuar de acordo com a cultura e o meio no qual a relação ou o texto foi produzido. Nesse âmbito as interpretações são construídas dialeticamente, num processo em que uma não anule a outra.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé Costa. **No meio do caminho tinha um equívoco: Gramática tudo ou nada**. In: BAGNO, Marcos [org]. **Linguística da Norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico – o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASSIARI, Edna Ribeiro. **Potencialidades e Fragilidades na Implantação do “Caderno do Professor” e “Caderno do Aluno” da Rede Estadual de São Paulo**. Disponível em: < http://www.pucsp.br/pos/edmat/mp/dissertacao/edna_ribeiro_cassiari.pdf > Acesso em 25 de novembro de 2012.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. (trad. Sírio Possenti). Curitiba, PR: Criar Edições, 2005
- _____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. (trad. Freda Indursky). São Paulo: Pontes, 2007.
- _____. **Termos-chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- Orlandi, Eni. **Texto e Discurso. Organon: O texto em perspectiva**. V.09.Nº23.1995. Disponível em <www.seer.ufrgs.br/organon/article/download/29365/18055>. Acesso em 20/02/2015.
- RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil**. In: BAGNO, Marcos [org]. **Linguística da Norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- SÃO PAULO. **Apresentação do Currículo Oficial do Estado de São Paulo**, 2008. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/eventos/Forum_permanente/Abertura.pdf > Acesso em 25 de novembro de 2012.
- _____. **Caderno do Aluno: português, ensino fundamental – 8ª série, 1º, 2º, 3º e 4º bimestre**/Secretaria de Educação; coordenação geral Maria Inês Fini; equipe, Guiomar

Namo de Melo, Lino de Macedo, Luis Carlos de Menezes, Maria Inês Fini e Ruy Berger (em memória). São Paulo: SEE, 2012.

_____. Caderno do Aluno: português, ensino fundamental – anos finais 8ª série 9º ano, 1º e 2º volumes/Secretaria de Educação; coordenação geral Maria Inês Fini; equipe, Guiomar Namó de Melo, Lino de Macedo, Luis Carlos de Menezes, Maria Inês Fini e Ruy Berger (em memória). São Paulo: SEE, 2014-2017.

_____. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa**. São Paulo: SEE, 2008.

SILVA, Myrian Barbosa. **A escola, a gramática e a norma**. In: BAGNO, Marcos [org]. **Linguística da Norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.